




## Editorial

[10.29073/j2.v9i1.1142](https://doi.org/10.29073/j2.v9i1.1142)

Patrícia Azevedo , Instituto Politécnico do Porto, Portugal, [patricia\\_anjos\\_azevedo86@hotmail.com](mailto:patricia_anjos_azevedo86@hotmail.com).

O presente número do *J2 – Jornal Jurídico* (Volume 9, n.º 1, 2026) reflete, de forma particularmente expressiva, a crescente complexidade dos desafios jurídicos contemporâneos. Num tempo marcado por transformações tecnológicas aceleradas, por uma economia globalizada e por exigências reforçadas de proteção de direitos fundamentais, os contributos aqui reunidos evidenciam a necessidade de um Direito adaptativo, mas sem nunca esquecer os seus valores estruturantes.

Este editorial tem como função a de refletir sobre temas atuais, propor debates, orientar a linha editorial e fornecer uma perspetiva crítica sobre assuntos de relevância para a comunidade científica ou jurídica<sup>1</sup>. O editorial serve ainda para sintetizar tendências do pensamento jurídico, comentar decisões recentes do poder judiciário ou mudanças legislativas, e indicar temas emergentes para estudo e reflexão<sup>2</sup>. Dessa forma, pretendemos apresentar um guia interpretativo, auxiliando os leitores a compreender a relevância dos temas apresentados<sup>3</sup>.

No domínio do Direito Tributário Internacional, destaca-se a reflexão sobre a tributação das sociedades e a premente necessidade de construção de um mecanismo jurisdicional fiscal europeu, num contexto em que a mobilidade de capitais e a concorrência fiscal entre Estados colocam à prova os modelos tradicionais de soberania tributária. Esta problemática é complementada pela análise do caso da Enron Corporation, paradigma de planeamento fiscal agressivo, cuja relevância permanece atual enquanto alerta para as fragilidades dos sistemas de controlo e para a importância da transparência e da responsabilidade corporativa.

A dimensão internacional do Direito é ainda aprofundada através do estudo da cobrança internacional de alimentos, tema que evidencia os desafios da cooperação jurídica transfronteiriça na proteção de direitos fundamentais, em particular no âmbito das relações familiares, onde a efetividade das decisões judiciais assume um papel crucial.

Num plano distinto, mas igualmente relevante, surgem contributos que abordam a responsabilidade e a regulação em contextos altamente especializados. A análise das implicações jurídicas da exposição radiológica ocupacional em instituições de saúde chama a atenção para a necessidade de cumprimento rigoroso das normas de proteção e para as consequências jurídicas do seu incumprimento.

Por sua vez, o estudo sobre os danos causados por robôs autónomos na medicina coloca em evidência questões emergentes de responsabilidade civil e de enquadramento normativo num cenário em que a inteligência artificial assume um papel crescente na prática clínica.

A evolução tecnológica é também objeto de reflexão em dois outros artigos que exploram, respetivamente, a relevância das áreas de armazenamento em dispositivos móveis com sistema operativo Android na análise forense digital e o potencial disruptivo da computação quântica na quebra de cifras criptográficas. Ambos os contributos sublinham a urgência de atualização dos instrumentos jurídicos face a novas realidades tecnológicas que desafiam conceitos tradicionais de prova, segurança e privacidade.

---

<sup>1</sup> VASCONCELLOS, V. G. de. (2017). Editorial: A função do periódico científico e do editor para a produção do conhecimento no Direito e nas ciências criminais. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, v. 3, n. 1, p. 9-17. DOI: 10.22197/rbdpp.v3i1.34, Disponível em: <https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/article/view/34>.

<sup>2</sup> PENG, P.-C.; COLEMAN, F.T. (2024). Editorial viewpoints of scientific publishing for early career research scientists. *BMC Proceedings*, v. 18, art. 4. DOI: 10.1186/s12919-023-00286-7, Disponível em: <https://bmcproc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12919-023-00286-7>.

<sup>3</sup> MRYGLOD, O., HOLOVATCH, Y., & MRYGLOD, I. (2011). Editorial process in scientific journals: analysis and modeling. <https://arxiv.org/abs/1109.6211>.



No âmbito do Direito Administrativo, a análise dos princípios da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade, do interesse público e da justa indemnização na expropriação por utilidade pública reafirma a centralidade dos direitos fundamentais na atuação do Estado, sublinhando a necessidade de equilíbrio entre o interesse coletivo e a tutela das posições jurídicas individuais.

Já no domínio do Direito do Consumo, o estudo do direito de arrependimento nos contratos à distância e fora do estabelecimento comercial evidencia a importância da proteção do consumidor num mercado cada vez mais digitalizado, onde a assimetria de informação e a desmaterialização das relações contratuais exigem mecanismos eficazes de salvaguarda.

Em conjunto, os artigos que compõem este novo número da nossa revista científica oferecem uma perspetiva abrangente e multidisciplinar sobre questões jurídicas atuais, demonstrando que o Direito continua a desempenhar um papel fulcral na mediação entre inovação, justiça e segurança jurídica. Este volume constitui, assim, um contributo relevante para o debate académico e para a prática jurídica, convidando à reflexão crítica sobre os caminhos futuros do ordenamento jurídico em múltiplas áreas de intervenção.

Por fim, e em nome da equipa do *J2 - Jornal Jurídico*, expresso o mais sincero agradecimento a todos os autores que contribuíram para este número, pela qualidade científica, rigor e atualidade dos seus trabalhos, que em muito enriquecem o debate jurídico contemporâneo. Uma palavra de especial reconhecimento é igualmente devida aos revisores científicos, cujo empenho, exigência e sentido crítico foram determinantes para assegurar os elevados padrões de qualidade e credibilidade desta publicação. O seu contributo, muitas vezes discreto, constitui um pilar essencial do processo editorial e da missão académica do J2.

### **Declaração Ética**

**Conflito de Interesse:** Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.



Todo o conteúdo do *J<sup>2</sup> — Jornal Jurídico* é licenciado sob [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.